

Prezados leitores,

Estamos vivendo tempos difíceis! Difíceis de ser, de fazer e de ter.

Os problemas se acumulam e não conseguimos encontrar soluções mesmos para as situações mais simples.

Nossa sociedade está vislumbrando as consequências das falhas morais e éticas que vêm ocorrendo ao longo dos anos em nosso país. Resultado negativo esse, que hoje mostra para o mundo a fragilidade das nossas instituições jurídicas, políticas e econômicas.

Diante desse cenário de incertezas, precisamos ficar atentos para o fato de que o meio acadêmico e científico atuam como termômetros da saúde da ciência, que sofre profundamente com a redução dos recursos financeiros (federais, estaduais e municipais) disponíveis para o seu desenvolvimento.

O nosso Congresso aprovou a PEC 241/55, proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos e congela as despesas do Governo Federal por 20 anos, atualizadas apenas pela inflação do ano anterior. Com o rombo nas contas públicas, não é preciso dizer que isso provocou polêmica em todas as esferas: política, econômica e social. [Baixe aqui o infográfico da PEC 241/55.](#)

Alguns consideram tais medidas de extrema importância e urgência, uma vez que o país necessita de uma diretriz que contemple medidas de austeridade financeira de modo a possibilitar a retomada do crescimento econômico. Outros afirmam que um freio no investimento em saúde e educação, contraria o que hoje é previsto na Constituição, ou seja, os gastos com saúde e educação possuem índice de correção acima da inflação.

Vale ressaltar que o Plano Nacional de Educação aprovado em 2014 prevê a universalização da educação e cria um plano de carreira para professores da rede pública. Logo, é fácil perceber que ao final de 20 anos, teremos uma geração economicamente ativa com baixa qualificação.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, vem tentando trazer a discussão sobre o impacto dessas medidas na educação e na saúde para o plano operacional, contrapondo os conceitos de “alocação de recurso” e “qualidade do serviço prestado à população”.

O fato é que não temos sequer uma vaga ideia das reais consequências dessas propostas ao final do lapso de tempo previsto.

Estamos vivendo tempos difíceis! Difíceis até de sonhar!



Elenice Rachid
Editora Chefe da RIC